

SOBRE A SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL, DOS ANOS 60 AOS DIAS DE HOJE: UM DEPOIMENTO À LUZ DA TRAJETÓRIA MINEIRA¹

ANTONIO AUGUSTO PEREIRA PRATES

PALAVRAS-CHAVE

Sociologia no Brasil; abordagens teóricas; métodos de pesquisa; formação acadêmica; instituições acadêmicas.

¹ Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento Sociologia da UFMG em 19 de março de 2015.

ON CONTEMPORARY SOCIOLOGY IN BRAZIL, FROM THE 1960S TO THE PRESENT DAY: A TESTIMONY IN LIGHT OF MINAS GERAIS HISTORY

KEYWORDS

Brazilian sociology; theoretical approaches; research methods; academic education; academic institutions.

SOBRE O AUTOR

ANTONIO AUGUSTO PEREIRA PRATES

Antonio Augusto Pereira Prates é mestre em Sociologia pela State University of New York at Stony Brook, Doutor em Ciências Humanas pela UFMG, foi Coordenador do Curso MQ – Métodos Quantitativos - de 2009 a 2013. Atualmente é Professor Titular Aposentado do Departamento de Sociologia da UFMG, Entre suas publicações destacam-se os livros *Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea: o caso brasileiro do final do sec. XX ao princípio do sec. XXI* (2015) e *Temas Contemporâneos de Sociologia Clássica* (1991).

1 - INTRODUÇÃO

Este ensaio tem raízes em um memorial que escrevi, recentemente, para um concurso de professor titular. Procurei, durante todo o texto elaborado, contextualizar uma vivência de 45 anos como professor da UFMG e o caminhar histórico das Ciências Sociais no Brasil.

Nesta Aula Inaugural pretendo apresentar o contexto do nascimento das Ciências Sociais no Brasil, ainda que de forma rápida, para, então, fazer um depoimento sobre a trajetória recente das ciências sociais no eixo BH – RIO – SP à luz da minha experiência pessoal. Busco, com isso, aproveitar a ocasião para dar, especialmente aos que estão chegando neste momento, uma idéia de onde estamos e de onde viemos, tomando por base, sobretudo, a nossa história mineira.

Na literatura sociológica brasileira recente há um grande número de trabalhos voltados para esse tema. O texto de Antonio Cândido², de 2006 (primeira edição em 1959), é uma referência básica sobre a periodização da trajetória do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: 1870/80 a 1930; 1930 a 1940 (período intermediário); e depois de 1940 (até 1959, data de publicação do seu artigo).

2 - PERÍODO DE 1870/80 A 1930

Este período caracteriza-se pela presença de intelectuais e eruditos das áreas do Direito, da Medicina e da Engenharia que, como seus congêneres na Europa da época, se esforçavam para produzir uma interpretação global, com forte influência do Evolucionismo focando fatores naturais-geográficos, biológicos, como raça e clima, e assumindo a idéia de um processo de desenvolvimento histórico, perpassado por estágios pré-definidos .

É interessante notar, e até certo ponto inusitado para os estudantes de ciências sociais quando começam a estudar a teoria sociológica e o pensamento social brasileiro, que alguns temas aglutinadores da discussão dessa época, ainda hoje fazem parte do nosso repertório.³ Por exemplo, o debate entre Silvio Romero (1881) e Tobias Barreto (1884-1887) sobre a natureza do fenômeno social. Enquanto o primeiro via o social como fundamentalmente condicionado pelos fatores físicos e biológicos do meio ambiente, o segundo (T.Barreto) via-o como algo da esfera normativo-moral e, portanto, não suscetível de ser tratado pela leis mecânicas do mundo físico, ou seja, o estudo do social

2 Cândido, Antônio. (2006) “ A Sociologia no Brasil” , In Tempo Social, vol. 18, 271-301.

3 O que tanto pode ser visto com uma discussão *avant la letre* dos pensadores daquela época como uma discussão *out of date* da sociologia contemporânea.

não poderia se constituir em uma ciência.

Outro tema polêmico da época, de indiscutível atualidade, é o da sóciobiologia, embora não, obviamente, no formato da psicologia cognitiva neo-darwinista de hoje⁴. A polêmica entre o próprio Tobias Barreto e Fausto Cardoso, sobre a possibilidade, sustentada por este último, de aplicação dos princípios biogenéticos darwinistas, em consonância com o pensamento do biólogo alemão Hans Haeckel, ao estudo dos fatos sociais. Então, estas polêmicas do sec. XIX ainda habitam nosso dia-a-dia de cientistas sociais.

Mas, deixando de lado essas “curiosidades” que colorem e até apimentam o contexto intelectual da sociologia da época, o texto mais marcante deste período, de acordo com Antonio Cândido, foi o do engenheiro militar Euclides da Cunha, explicitado em “Os Sertões”, sua obra prima, de 1902. Este texto, além das suas virtudes literárias, traz, para o contexto intelectual da sociologia brasileira da época, o realismo sociológico na forma da monografia sistemática, apresentando tipos sociais construídos pela observação direta e, apesar do viés naturalista e um tanto quanto determinista do meio sobre a vida social, o autor percebeu claramente a existência da divisão cultural de dois Brasis: o do interior do sertão e o Brasil urbano do litoral. De acordo com as palavras de Antonio Cândido:

“Os Sertões (1902) constituem um marco: a partir daí os estudiosos seriam levados irresistivelmente a intensificar o estudo da nossa sociedade de um ponto de vista sistemático, superando tanto as preocupações de ordem estritamente jurídica como as especulações demasiado acadêmicas. Euclides da Cunha impusera definitivamente a “realidade brasileira” (Cândido 2006:278).

Alberto Tôrres e Oliveira Vianna, autores que também deixaram suas marcas na trajetória do pensamento sociológico brasileiro, ainda neste período, distintamente de Euclides da Cunha, buscaram em suas obras construir uma teoria geral sobre a sociedade brasileira, ao tratarem de forma orgânica e integrada os fatores sociais e os fatores políticos da nossa sociedade. Os “grandes ensaios” destes autores, pelo seu caráter político-propositivo, já prenunciavam o tom dos trabalhos que seriam produzidos no contexto do Rio de Janeiro muito mais à frente, nos anos 50. Neste período, além de normativos, os textos eram mais politizados e comprometidos com a construção de um projeto nacional. Refiro-me aos trabalhos do ISEB no início dos anos 50.

Antes, entretanto, de continuarmos com a trajetória das ciências sociais no Brasil, é interessante chamar a atenção para outro fato identificado no percurso desse ensaio . Refiro-me ao fato de ter encontrado duas avaliações muito semelhantes sobre a produção

4 Ver para esta discussão: Campbell, D.T, “On the Conflicts between biological and social evolution and between psychology and moral tradition”. *American Psychologist*, 30, 1103-1126. e Symons D. “On the use and Misuse of Darwinianism in the study of human behavior” In Barkow, H. J, Cosmides, L. and Tooby, J. *The Adapted Mind : Evolutionary Psychology and the generation of Culture* NY: Oxford University Press, 1992.

das ciências sociais no país, embora com quase 40 anos de distância uma da outra e com autores de filiação intelectual muito distinta. Isto nos mostra como são recorrentes os problemas a que elas se referem. A primeira avaliação está no artigo, já citado, de Antônio Cândido, de 1959, fazendo referência à produção sociológica no interregno entre o livro de Euclides da Cunha, 1902, e o do Gilberto Freire, 1933. Ele se dirige à obra de autores “generalistas” como Alberto Torres e Oliveira Vianna, no decênio de 1910, ambos muito mais preocupados em propor uma síntese ideológica da sociedade brasileira do que uma análise que assegurasse a acuidade interpretativa dos fenômenos sociais. Vejamos a fala de Antonio Cândido sobre isto:

“No fundo, importava menos o cuidado da investigação ou o rigor da inferência do que a interpretação coerente do país no seu conjunto, para se apontarem remédios de ordem político-administrativa. A isso se chamou Sociologia entre nós (...)” (Cândido 2006:279).

A segunda avaliação, feita por Fábio Wanderley Reis⁵, em 1997, num debate sobre a produção das ciências sociais no Brasil, refere-se à amostra da produção de CS no país, via os trabalhos que se apresentavam na ANPOCS. Veja como o prof. Fábio se expressa:

“Muito do que se faz na atividade profissional dos nossos cientistas sociais pretende justificar-se por uma preocupação de engajamento social ou mesmo, às vezes, de militância política. (...) o problema consiste em que, com muita frequência, o sentimento da relevância do que se faz, nesse sentido, ou da importância e premência sociais dos problemas tratados, é tomado como algo que dispensa maiores preocupações com a qualidade do trabalho em termos dos objetivos analíticos e de produção de conhecimentos” (Reis 1997:17).

Estou chamando a atenção para estas convergências entre dois dos mais importantes cientistas sociais brasileiros contemporâneos, com raízes completamente distintas, para ilustrar um pouco a reinteração de problemas de natureza metodológica nas ciências sociais ao longo de sua trajetória, independentemente da filiação ideológica das várias coortes de profissionais do campo. Este é, a meu ver, um debate permanente e, como devo mostrar mais adiante, foi também uma área em que os mineiros tiveram maior visibilidade e influência.

5 Reis, Elisa P; Reis, Fábio W. e Velho, Gilberto. (1997). As Ciências Sociais nos últimos anos: três perspectivas. Revista brasileira de Ciências Sociais, vol. 12, no. 35. 12-31.

Os textos que marcam esta etapa são: Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre; Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda; e Evolução Política do Brasil, de Caio Prado Júnior. Embora estes trabalhos ainda guardassem a linguagem e o estilo literário e uma fleuma poética, especialmente o de Freyre e o de Holanda, ao apresentarem suas teses, eles já mostravam um padrão científico bem mais explícito e consistente em relação aos ensaístas anteriores. Estes autores ainda são considerados como os últimos membros da geração dos auto-didatas, no sentido da formatação e motivação dos seus trabalhos.⁶

Exatamente neste decênio, os anos 30, emergiram as instituições acadêmicas que, a partir de então, especialmente em SP, com a criação da Escola Livre de Sociologia, em 1933, e a Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras da USP, em 1934, inauguraram um novo modelo de se fazer ciência social, agora seguindo os cânones da lógica da investigação científica e os procedimentos formais de funcionamento da academia. Como mostra S. Micelli, as experiências de institucionalização das ciências sociais, como profissão acadêmica, teve em SP um território muito favorável, sob a proteção do mecenato industrial e da “missão estrangeira”. Enquanto em São Paulo a conhecida “Missão Estrangeira” trazia um novo estilo de se fazer ciência⁷ e a USP conseguia manter-se autônoma frente à política e mesmo frente aos interesses das elites empresariais, que sempre lhe deram apoio e recursos para sua sobrevivência, no Rio de Janeiro as ciências sociais floresciam sob as asas do Estado e da política

“no Rio de Janeiro, a missão de docentes e pesquisadores estrangeiros contratados se defrontou com uma conjuntura bastante distinta quer no interior da então embrionária e frágil organização universitária quer em termos da relação entre a hierarquia acadêmica ainda incipiente e os detentores do poder político submetidos às pressões dos grupos de interesse doutrinários e confessionais em luta aberta por espaços na máquina governamental em expansão”⁸ (Micelli 2001:100).

6 Pois é importante lembrar que, especialmente, o Gilberto Freyre teve uma formação acadêmica na Europa e USA, mas como acentua Antonio Cândido, o auto-didatismo desses autores está na maneira como elaboram suas obras voltadas muito mais para dar sentido e explicar o ethos da sociedade brasileira do que simplesmente sustentar uma tese acadêmica.

7 Como foi bem posto por Maria Arminda Arruda referindo-se à mudança de estilo de linguagem de Florestan Fernandes como um cientista social estrito senso : “Distante encontra-se, por certo, dos chamados intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O estilo leve e literário desses últimos seduz o leitor logo nas primeiras frases. Em suma, o sociólogo paulista rompeu com a forma polida de construção das idéias, com o modo cultivamente poético da exposição, uma vez que não recebera herança familiar cultivada, tornando-o, entre todos, mais permeável à absorção da linguagem intratável da Ciência.” (ARRUDA, M. A., “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”. SP: IDESP –Ed. Sumaré. 2001: 223).

8 Micelli, S., *História das Ciências Sociais no Brasil*, SP: IDESP- ed. Sumaré. 2001:100.

No Rio, a elite acadêmica contava com favores do Governo Federal e se agregava em institutos governamentais que não seguiam os cânones acadêmicos do mérito para contratar ou recrutar seus pesquisadores e estruturar suas carreiras. De outra parte, o estilo de produção intelectual era bastante ideologizado, buscando a criação de projetos e soluções para os grandes problemas nacionais. O ambiente carioca era pulverizado de instituições independentes da universidade federal (criada em 34 e extinta em 39) refletindo os vários interesses políticos e ideológicos das elites intelectuais. No início dos anos 30, o grupo católico, liderado por Alceu Amoroso Lima e Jacques Figueredo, lutava ferrenhamente contra a ideologia da “escola nova” que orientava a elite intelectual moderna como Anísio Teixeira (por sinal, o criador da Universidade Federal), Fernando de Azevedo e Francisco Campos. Como já mencionado, no Rio de Janeiro, a ausência de uma referência institucional autônoma, como a da universidade paulista, gerou um ambiente pulverizado de instituições públicas, criadas para atender interesses apadrinhados de políticos na esfera federal. Faltou um “norte” institucional, dado pelas entidades acadêmicas livres da politicagem do ambiente governamental. O ISEB, por exemplo, a expressão máxima da produção das ciências sociais no RJ, nos anos 50, era uma instituição frágil, dependente das benesses do estado. Seus pesquisadores não eram profissionais em tempo integral e viam no ISEB um bico que lhes dava prestígio e status intelectual. Nas palavras de Micelli:

“Os intelectuais isebianos, do período pioneiro, parecem operar muito mais conforme o modelo usual das elites brasileiras, qual seja a inserção num anel informal de poder cujos integrantes lançam mão de recursos associados a cacifes complementares (laços familiares, relações de amizade e influência, patrimônio, ligações políticas e confessionais, e assim por diante)” (Micelli 2001:113).

4 - DÉCADAS DE 40/50

Finalmente, chegamos à última fase de desenvolvimento das CS no Brasil, de acordo com Antônio Cândido: o período que vai de 40 até os anos 60. Enquanto a produção acadêmica de CS em SP, nos anos 40/50, florescia alimentada pela formação escolar e sistemática dos discípulos dos professores da missão estrangeira, no RJ a produção na área de CS era mesclada com ensaios e discussões políticas sobre os destinos do País e os projetos de construção da nação. Essas discussões resultavam muito mais da bagagem erudita e cultivada das origens familiares dos intelectuais do que da formação acadêmica e disciplinada da pesquisa científica, aprendida nos bancos escolares. O ISEB é emblemático deste período. Quando falo do ISEB, estou referindo-me a pessoas como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Victor Nunes Leal, Roland Corbisier, Cândido Mendes, Costa Pinto, Álvaro Viera Pinto, entre outros. Embora com matizes doutrinárias muito diferentes entre eles, havia um ponto de confluência que era a

postura, radicalmente distinta da dos paulistas, da busca de uma ciência social engajada, voltada para solucionar os problemas sociais e políticos da nação.

Contudo, observa-se na USP, no início dos anos 60, uma reviravolta paradigmática daquele padrão científico que caracterizou os trabalhos uspinianos nas décadas de 40 e 50. Das matrizes francesa-durkheimiana, da Faculdade de Filosofia, e da americana, da Escola de Sociologia e Política, cuja expressão máxima era Florestan Fernandes, iniciou-se, a partir de 1962, uma mudança significativa de orientação teórica, agora, voltada totalmente para o estudo do marxismo. Com a criação do grupo de “leitura do Capital”, criado por FHC e José A. Giannotti⁹, a produção da USP passou a ser totalmente ideologizada, mas distintamente dos isebianos, pouco engajada ou preocupada com os projetos nacionais. Vejamos, por exemplo, a fala de Fernando Henrique Cardoso, com relação a este período:

“ Nós tínhamos muita dificuldade com a prática esquerdista populista da época. Havia o ISEB no RJ, que sempre cria um pouco de populismo, não é? O Hélio Jaguaribe, o Guerreiro Ramos, o Cândido Mendes, tinham a visão de um nacionalismo ardoroso (...). Eles eram pessoas que sabiam do mundo. Nós não sabíamos. Nós sabíamos das idéias (...). (Arruda 2001:205).

5 - DEPOIS DE 1960

Como veremos adiante, é à produção uspiniana deste período, em meados dos anos 60, que os chamados “novos mineiros” e, agora, junto com os cariocas, vão se opor radicalmente. Da mesma forma que o primeiro ciclo da produção sociológica da USP se opôs aos isebianos pela ausência de rigor científico e excesso de militância ideológica, agora eram os mineiros e cariocas que criticavam a produção uspiniana com base no mesmo critério. Vejamos, por exemplo, as palavras de Antonio Otávio Cintra, em 1966, um dos fundadores do DCP/UFMG, sobre as análises marxistas uspinianas:

“Conceitos como o de interesse objetivo de classe’ (contraposto ao interesse empírico ou fenomênico) de falsa consciência de classe’ e ‘alienação’, de lógica do processo histórico’ etc., podem revelar-se efetivos ou não em nível supra-científico de indagação. Não cabe aqui discutí-lo. No nível propriamente científico parecem paralisar a investigação sociológica na tarefa rotineira de sempre confirmar, qualquer que seja o comportamento da realidade social, as previsões decorrentes

⁹ “Esses seminários de leitura e debate da obra de Marx reuniram durante anos jovens professores de ciências sociais, História, Filosofia e Economia, dentre os quais Octávio Ianni, Juarez Brandão Lopes, Ruth Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, Fernando Novais, Paulo Singer, Bento Prado Júnior e Roberto Schwarz.” Forjaz, M.C. Spina “A Emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais”, RBCS vol 12, no. 35. p.22,23)

6 - MINAS GERAIS NOS ANOS 40/60.

Bem, o que dizer de MG nos anos 40/50? Em escala muito menor, o contexto das ciências sociais em BH não era muito diferente do RJ, especialmente no que se refere à contaminação dos empreendimentos intelectuais pela política. De fato, as ciências sociais em MG só começaram a ter alguma relevância, no cenário nacional, a partir de 1967, quando é fundado o Depto de Ciência Política¹¹. Entretanto, é fundamental entender o por quê da criação, em MG, do primeiro curso de pós graduação em Ciência Política, no Brasil. A meu ver, a razão principal está na construção, no mais puro estilo de *state-building*, de uma instituição acadêmica, a FACE, com um projeto claro para se criar uma elite acadêmico-profissional, capaz de marcar a presença de MG no cenário nacional. Minas, ao contrário de SP e RJ, não contou com nenhuma missão estrangeira na criação da sua universidade, e a UFMG da época era um “saco de gatos” composto pelas escolas profissionais, especialmente Direito, Engenharia, Medicina e Odontologia. No caso da FACE, criada com o apoio efetivo das lideranças empresariais de MG, em 1941, o fator mais decisivo foi a liderança institucional de um dos membros da elite social mineira, Ivon Leite de Magalhães Pinto, que assumiu a direção da Faculdade de 1946 a 1961. Foi ele que, vendo a deficiência do curso em termos de qualidade do corpo docente, composto principalmente por empresários e advogados, e em regime part-time de trabalho, criou dois arranjos institucionais que se mostraram da maior eficácia: o primeiro, um sistema de bolsa de estudo para os melhores alunos do curso de economia, sociologia política e administração pública (1953) e administração de empresas (1954) em regime de horário integral; e um segundo, um sistema de recrutamento de jovens recém-formados, especialmente os ex-bolsistas, como auxiliares de pesquisa para atuarem no cargo de professores assistentes dos catedráticos, que deveriam selecioná-los entre os melhores alunos dos cursos. Todos eles em horário integral. O sistema de bolsas era financiado pelo setor privado, especialmente, os bancos mineiros. Os jovens pesquisadores-professores assinavam um contrato com a Faculdade que os obrigava a defender teses de livre docência em três anos, além de terem de apresentar um relatório de pesquisa, anualmente. Estas regras foram seguidas rigidamente e monitoradas, de perto, pelo professor Ivon. Do grupo dos jovens professores de sociologia da FACE se destacava,

10 Cintra, A.O., “Sociologia e Ciência”, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1966:22, apud Arruda, M.A., “A modernidade Possível: Cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais” in Micelli, (org) 2001, op. cit.

11 Embora existisse desde 1956, A Revista Brasileira de estudos Políticos não se inscrevia na matriz das CS e sim nas ciências jurídicas sob a guarda de Orlando de Carvalho da Fac. de Direito.

também, o prof. Júlio Barbosa, membro do ISEB em princípio dos anos 60, e que fundou, na FACE, a Revista Brasileira de Ciências Sociais, em 1961. Esta revista, distintamente dos *journals* do RJ ou de SP, pautava-se pela ênfase na pluralidade temática e ideológica de seus artigos e pela qualidade técnico-científica de suas publicações. A revista mineira conseguiu imprimir um caráter cosmopolita, ao publicar artigos dos mais diversos matizes ideológicos e metodológicos. Conseguiu, inclusive, constituir-se como uma ponte de debate “civilizado” entre uspinianos e isebianos. Nas palavras de Maria Arminda Arruda: “...a Revista Brasileira de Ciências Sociais, quando agasalhou contribuições do ISEB e da USP em suas páginas, não somente absorveu o debate mais significativo da época, como também construiu uma ponte de convivência entre as duas instituições” (Arruda 2001:331). Para efeito de ilustração, o último número da revista, em 1966, tinha artigo de Otávio. Ianni, Antonio Otávio Cintra, Fábio Wanderley Reis, S. M. Lipset da universidade de Los Angeles, Frank Bonilla do MIT, Vilmar Faria da FLACSO e dois artigos na área de economia, um de MG e outro de SP.

O resultado final deste grande investimento institucional, tanto do professor Ivon quanto do professor Júlio, foi a criação de uma massa crítica de jovens, com alto nível de motivação intelectual e acadêmica. Vários membros deste grupo foram selecionados pela prestigiosa FLACSO, do Chile, para realizarem o mestrado: Fábio Wanderley Reis, Antonio Otávio Cintra, Simon Schwartzman, Vilmar Faria, entre outros. Nas palavras de José Murilo de Carvalho, este investimento institucional foi fundamental para se chegar até a FLACSO

“(...) veio uma nova influência via Flacso. Um atestado da eficiência do sistema de bolsas da Faculdade de Ciências Econômicas é que vários alunos lá formados foram admitidos pela Flacso com bolsa”¹² (Carvalho 2010 apud Barros 2013:143).

A FLACSO era uma instituição com um modelo de ensino típico do sistema americano, muita ênfase na relação entre teoria e empiria e, conseqüentemente, com um grande investimento em métodos quantitativos. Este foi o chamariz que trouxe a Fundação Ford a MG. O curso da FLACSO foi visto, pelo staff da Fundação Ford, como garantia da qualidade dos futuros bolsistas para obtenção do PHD nas universidades de ponta dos USA.

Nas palavras de Fábio Wanderley Reis:

“(...) a experiência da Flacso tem uma conseqüência de relevância indiscuti-

¹² Entrevista de José Murilo de Carvalho citada por Armon Narciso de Barros em sua tese de doutoramento na FACE-UFMG intitulada “Uma narrativa sobre a História dos Cursos de Administração da FACE-UFMG: às margens do mundo e à sombra da FGV?” Belo Horizonte 2013:143.

vel, seja como for que , ao cabo, se prefira avaliá-la (...) por termos aqui um grupo egresso daquela experiência , foi possível contar em seguida com apoio importante da fundação Ford para as ciências sociais mineiras, particularmente, para a Ciência Política. Deu-se o fato de que a Fundação Ford decidiu iniciar um programa de apoio às ciências sociais no Brasil (...) e a UFMG foi a primeira instituição a ser aquinhoadada com uma dotação significativa”¹³ (Reis 2004:16).

Este grupo, acrescido por outros bolsistas da FACE, como Bolivar Lamounier, Amaury de Souza, José Murilo de Carvalho, Renato Boschi, Edmundo Campos Coelho, Olavo Brasil, Hebert José de Souza, o Betinho, Teotônio dos Santos, Vinicius Caldeira Brant, entre outros constituíram o que se convencionou chamar de “novos mineiros”. Este grupo teve um impacto fundamental na direção da produção da CS no Brasil a partir do final dos anos 60.

Devemos aqui perguntar: o que dava visibilidade e caracterizava este grupo dos novos mineiros no cenário brasileiro? A visibilidade deste grupo estava em sua postura metodológica. Eles simplesmente recusavam o “velho” debate ideológico entre as correntes marxistas nas CS, foco central da produção uspiniana, como sendo algo relevante para se fazer uma boa sociologia ou Ciência Política. Pautavam-se pela busca da neutralidade axiológica na pesquisa, algo visto, pelos uspinianos, como fruto do “pecado original” nas CS, produzido pela serpente positivista. De outra parte eles mostravam um compromisso missionário com a pesquisa quantitativa, como base sólida para a construção de teoria.

Deste ponto em diante, quase nada mais é encontrado na literatura brasileira sobre o eixo BH – Rio – SP.

7 - MG NA DÉCADA DE 60

A partir daqui, o relato passa a estar baseado mais na vivência pessoal como estudante (1966-1969) e depois professor (1970-2015) e, dessa maneira, busco relatar a experiência de consolidação de alguns dos membros deste grupo no Depto. de CP em BH e suas repercussões sobre a produção das CS no Brasil. Ou seja, vou tentar sistematizar esta vivência como uma referência à história das ciências sociais na UFMG, dentro do contexto maior das ciências sociais no Brasil.

O primeiro fato que considero importante focar aqui é a junção do curso de Sociologia e Política da FACE com o Curso de Ciências Sociais da FAFICH. Isto se deu em 1967.

13 Reis , F. W., “Minas e as Ciências Sociais: evocações e alguma polêmica” Teoria & Sociedade, número especial, “Imagens de Minas: Homenagem da UFMG a Fernando Corrêa Dias” maio, 2004: 16.

Em 1967, com a reforma universitária na UFMG, antecipada pelo Reitor Aluizio Pimenta, em 1964, nos moldes da UNB liderada por Darcy Ribeiro, o curso de Sociologia e Política, que era oferecido pela Faculdade de Ciências Econômicas, fundiu-se com o de Ciências Sociais, oferecido pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. O intuito da Reitoria era o de se criar o Instituto Central de Ciências Humanas como o que já havia sido criado na área de Ciências Exatas (ICEX). Esta decisão colocou lado a lado duas diferentes realidades: por um lado, o curso de Sociologia e Política/FACE estava bastante esvaziado. Alguns dos seus professores estavam presos ou foragidos (em consequência do golpe militar de 1964), outros estavam em formação no exterior. Por outro lado, o curso de Ciências Sociais/FAFICH era quase totalmente dominado pelo grupo da Antropologia, de descendência uspiniana.

Neste contexto, no segundo semestre do ano de 1967, emergia no curso de Ciências Sociais a participação de mais dois grupos bastante ativos e com alta visibilidade acadêmica no cenário brasileiro: o grupo da Ciência Política, incentivado pela Fundação Ford, e liderado pelo prof. Júlio Barbosa, e o grupo da Psicologia Social, liderado pelo prof. Célio Garcia. Nenhum dos dois grupos tinha vínculo administrativo com o Departamento de Ciências Sociais, mas ambos atuavam no curso de Ciências Sociais. O grupo da Ciência Política, como mencionado anteriormente, era composto por ex professores e alunos do curso de Sociologia e Política da FACE, que receberam bolsa da Ford para o doutoramento nos USA, como Lincoln Prates, Fábio Wanderley Reis, Antonio Otávio Cintra, José Murilo de Carvalho, Leônidas Lafetá, entre outros, e professores estrangeiros: latino-americanos e americanos. Com a consolidação do Departamento de Ciência Política, criado em 1967, havia um grande número de professores brasileiros e estrangeiros em Dedicção exclusiva (DE) naquele Departamento que, embora estivessem disponíveis e interessados em lecionar e trabalhar com os estudantes de Ciências Sociais, não eram utilizados como professores regulares do curso porque, como já dissemos, não tinham nenhum vínculo administrativo com o Departamento de CS. Nessa mesma época, alguns dos bolsistas da Ford que estavam no estrangeiro, voltaram para BH, para realizarem suas pesquisas de tese e, para o trabalho de campo, recrutavam os alunos do curso de CS, possibilitando-lhes assim um canal de treinamento metodológico de muito boa qualidade¹⁴. Havia também o Centro de Psicologia Social Aplicada, sob liderança do prof. Célio Garcia. Este centro propocionava aos alunos de ciências sociais experiências em pesquisas contratadas por ele e era um lugar hiper-dinâmico de discussão teórica e metodológica, sempre tendo como base as próprias pesquisas realizadas pelo grupo. Eu, mesmo, tive oportunidade de participar de um projeto de pesquisa na antiga Penitenciária de Neves para observar

14 Vale a pena mencionar a aqui a pesquisa do prof. Elcio Saraiva orientado pelo prof Archibald Heller do depto de Sociologia da Univ. de Wisconsin que, tempos depois, já nos anos 2000, voltou à Fafich como convidado da prof. Neuma Aguiar.

o sistema de interação entre internos e entre internos e guardas penitenciários. Digase, de passagem, que este tema veio a se constituir em um dos temas centrais da agenda de pesquisa sociológica no Brasil muitos anos depois, já nos anos 90. Vários professores estrangeiros passaram por este Centro como convidados para ministrarem seminários em temas de ponta. Entre eles estavam, M. Pagés, R. Boudon, L. Festinger, entre outros. Pode-se, então, perceber que apesar do esvaziamento institucional do curso de sociologia e política da FACE, vivíamos aqui, na FAFICH, em 1967, um ambiente altamente favorável ao florescimento da vida acadêmica¹⁵. Neste contexto, um grupo de estudantes, do qual eu fazia parte, e que tinham bastante experiência com a militância em movimento estudantil, lideraram uma reforma radical no currículo do Curso de CS, à revelia de qualquer autorização ou consentimento das autoridades departamentais ou da Congregação da Fafich, de forma a aproveitar a disponibilidade do corpo docente do Depto. de Ciência Política e manter no curso de CS apenas aqueles professores altamente comprometidos com a vida acadêmica. Esta experiência ficou conhecida como Curso Paralelo. Este curso orientava-se fundamentalmente para a criação de um currículo voltado para a formação de profissionais críticos e competentes para construir a “nova” sociedade brasileira que “estaria” sendo forjada pelos movimentos revolucionários e, neste sentido, ele era bastante isebiano. Mas, por outro lado, atestando a influência do novo paradigma de CS que estava sendo difundido pelo DCP, o currículo do curso carregava bastante em disciplinas metodológicas e na estatística, com intuito de oferecer uma formação sólida em análise quantitativa de dados, além daquelas voltadas para o embasamento epistemológico. O Curso Paralelo funcionou durante um semestre em 1968 sendo então institucionalizado, em 1969, após um período de transição. O currículo do curso então incorporou uma série de disciplinas novas e excluiu outra série de disciplinas do “velho” currículo.¹⁶

Acredito que, como experiência institucional, o curso paralelo teve um impacto, guardada as devidas proporções, quase igual ao das mudanças promovidas pelo Prof.

15 Neste ponto, discordo da avaliação de Marai Armanda Arruda quanto aos efeitos do esvaziamento do curso de Sociologia e Política da FACE a partir de 1965. De acordo com ela ocorreu “um relativo insucesso da iniciativa (de se criar o Departamento de CP) explica-se em parte pela repressão desencadeada após o golpe (...) e pela anexação à faculdade de filosofia , em 1968, e prende-se, principalmente, a problemas resultantes do descompasso do modelo frente à realidade concreta” (Arruda 2001: 321). Como mostro neste ensaio, a anexação do curso de Sociologia Política à FAFICH em 1967 (e não em 1988 como afirma Arruda) constituiu em um impulso considerável das CS em Minas Gerais exatamente pela criação 1967 do curso de mestrado em Ciência Política, o primeiro do Brasil, com suporte da Fundação Ford.

16 Entre as disciplinas introduzidas no novo currículo do curso estavam: “Lógica do Pensamento Científico”, “Matemática”, “Demografia” e várias disciplinas de Métodos de Investigação Social.

Ivon no curso de Sociologia e Política da FACE¹⁷. Após o curso paralelo os professores estrangeiros do DCP foram integrados, de vez, ao curso de CS.

Minha visão, com relação aos investimentos no curso de graduação, é que foram eles que marcaram fortemente a formação do *think-tank* mineiro formado até o final dos anos 60.

8 - A INFLUÊNCIA DOS NOVOS MINEIROS NO EIXO RJ-SP

No final dos anos 60 e princípios de 70, já era bastante consolidado o DCP que, diga-se de passagem, era visto muito mais como uma pós-graduação em CS do que de Ciência Política strictu sensu. É importante dizer que, desde sua criação até final dos anos 70, o DCP tinha uma mescla de sociólogos e cientistas políticos. O que importava, para o recrutamento dos docentes, era muito mais o compromisso com o paradigma metodológico do que a filiação disciplinar. Pois bem, neste período, com a impossibilidade de contratação pela UFMG e o aperto da repressão política, começou a “diáspora” dos mineiros. Com o apoio da Fundação Ford, Cândido Mendes criou o IUPERJ, em 1969, o que só foi possível com o recrutamento dos mineiros formados no núcleo do curso de Sociologia e Política. Eram eles: Simon Schwartzman, Bolivar Lamounier, Amaury de Souza, José Murilo de Carvalho, Edmundo Campos, Renato Boschi, Olavo Brasil. Quase todos tiveram bolsa da Ford para doutoramento nos USA. Este grupo tinha em comum, como já foi enfatizado antes, o compromisso com o modelo teórico-metodológico das ciências sociais, difundido pela FLACSO. Isto os afastava diametralmente da postura teórico-metodológica dos “exegetas de Marx” ligados ao grupo Florestan, FHC e Giannotti, da USP. O intercâmbio entre o DCP e o IUPERG era contínuo e normal. Eu mesmo, quando aluno do DCP, entre 70 e 73, tive aulas com José Murilo Carvalho, Amaury de Souza, Edmundo Campos.

Em linhas gerais, uma característica importante da abordagem teórica deste “núcleo duro” da ciência política brasileira é o fato de que, embora ele compartilhasse com o mainstream da CP dos USA o uso de técnicas e procedimentos metodológicos de natureza quantitativa, se distanciava bastante daquela perspectiva, ao enfatizar a importância de fatores estruturais e sociológicos na explicação do fenômeno político. Tanto F.W. Reis, como Bolivar, Antonio Otávio Cintra, José Murilo ou Edmundo Campos,

17 Nas palavras de José Murilo de Carvalho (2010), “*Era uma faculdade excepcional para os padrões brasileiros. Nunca encontrei no Brasil outra escola com organização tão boa. Tudo funcionava perfeitamente. Era dirigida por um despota esclarecido, o Ivon (sic) Leite de Magalhães Pinto. Era um despota pela ênfase na disciplina, era esclarecido pela valorização dos jovens e por algumas inovações de grande impacto. Uma delas foi instituir a criação de bolsas de graduação com recursos que arrecadava de empresas.*” (entrevista citada por Armon Narciso de Barros em sua tese de doutoramento na FACE-UFMG intitulada “Uma narrativa sobre a História dos Cursos de Administração da FACE-UFMG: às margens do mundo e à sombra da FGV?” Belo horizonte, 2013: 117.

claramente, nunca deixaram de considerar em suas análises da política as dimensões estruturais e sociológicas da sociedade ou contexto histórico.

No início dos anos 70, emergiu, em São Paulo, o CEBRAP, com suporte da Fundação Ford. Neste momento, houve certo arrefecimento ideológico dos paulistas que integraram o Cebrap. Como não poderia deixar de ser, o Cebrap foi um canal importante de contato dos uspinianos com a CP americana, inclusive pelo intercâmbio de cientistas sociais e políticos do Brasil/USA. Muitos dos brasilianistas das universidades americanas e cientistas sociais latinoamericanos fizeram residência no CEBRAP. Fernando Henrique Cardoso, em 1974, esteve como professor visitante em Princeton. Enfim, a Fundação Ford, via CEBRAP, propiciou um redirecionamento da produção paulista de CS na direção da maior ênfase na pesquisa empírica e no uso de teorias sem o tom doutrinário.

Acredito, eu, que a “diáspora” mineira atingiu, em cheio, o eixo RJ/SP. Além do IUPERJ e do CEBRAP, Bolivar Lamounier, com doutorado em Los Angeles, que integrou a 1ª geração do Cebrap, criou, em São Paulo, o IDESP - Instituto de Desenvolvimento Social, Econômico e Político - órgão, também, subsidiado pela Fundação Ford, e que veio a constituir um dos centros de pesquisa sociais e políticas mais importantes do país, Vilmar Faria, voltando do seu doutorado em Harvard, teve participação intensa no final dos anos 70 e 80 nos projetos de pesquisa do Cebrap, onde foi diretor-presidente no início dos anos 90. Na década de 80, trabalhou na USP e na Unicamp onde criou, de acordo com Maria Hermínia de Almeida, o Núcleo de Políticas Públicas da UNICAMP, também, um dos mais prestigiosos centros de avaliação de políticas públicas do país. No caso do NEPP, vale a pena lembrar que este núcleo, juntamente com a Fundação João Pinheiro sob a presidência de Antonio Otávio Cintra, foi um dos principais centros de reorientação das ciências sociais no Brasil, na direção das análises político-institucionais das políticas sociais e educacionais do país. Até então, este tipo de avaliação cabia exclusivamente aos economistas do IPEA ou da FGV.

De outro lado, penso que do ponto de vista da produção teórica das CS, o grupo mineiro, agora de uma geração mais recente, profissionais dos anos 80/90, recém chegados dos USA, Inglaterra e França e localizados no Departamento de Sociologia e Antropologia, firmou uma identidade, bem reconhecida pelos nossos parceiros externos, baseada no pluralismo teórico na área de teoria sociológica. E, não tenho receio em dizer que, muito da difusão da micro-sociologia neste eixo RIO/SP teve BH como vanguarda. Os cursos de Antonio Luiz Paixão e os meus, na área do Interacionismo Simbólico e da Etnometodologia, depois os de nossos ex- alunos Renan Springer e Claudio Beato, que defenderam suas teses de doutorado no IUPERG, nesta mesma linha teórica, sob orientação do mineiro Edmundo Campos, constituíram um centro, não formal, de irradiação desta perspectiva entre nossos parceiros externos. Lembro-me bem, por exemplo, de uma visita de Vilmar Faria ao nosso programa de pós, em princípios dos anos 90, como avaliador da CAPES, onde queria tomar os Programas das disciplinas teóricas

do nosso curso como sugestões oficiais da CAPES para os programas de mestrado em Sociologia.

Em meados dos anos 80 e na década de 90, recebendo os novos ventos do cenário internacional, houve uma onda qualitativista nas CS brasileiras. O trabalho idiográfico, a etnografia, o estudo puramente descritivo passou a ganhar prestígio entre os programas de pós-graduação em CS no Brasil. Lembro-me bem que, até em nosso Programa, houve certo esvaziamento dos cursos de metodologia quantitativa, o que ocorreu também no IUPERJ, e na USP, mais ainda, pois lá esta área nunca foi levada muito “a sério”.

A influência da antropologia nos Programas de Pós-graduação em CS corresponde à maior visibilidade da antropologia urbana praticada no Museu Nacional/RJ, tendo à frente pessoas como Gilberto Velho, Roberto da Matta, entre outros e, também, em São Paulo, pelo grupo de Ruth Cardoso, na USP. O problema com esta tendência, como bem aponta Fábio W. Reis, não é o tipo de técnica de pesquisa, mas o “afrouxamento” do rigor analítico dos estudos, em nome de uma perspectiva mais etnográfica, ensaísta e humanista das abordagens.

Assim, Fábio coloca a questão :

“ Na última vez em que participei do comitê de pesquisas da Anpocs, creio que em 1995, nada menos de 80% dos projetos aprovados podiam ser classificados como de Antropologia. Na minha maneira de ver, esse predomínio da Antropologia se deve a um certo “facilitário”, ao fato de que a Antropologia permitiria vender como legítima uma postura que envolve uma disposição passiva e supostamente “despojada” diante do objeto, mas que resulta ser antinômologica e antiteórica e redundante, na verdade, de novo na abdicação por parte do analista. Acho reveladora, por exemplo, a frequência com que, no comitê de pesquisas da Anpocs, a defesa de determinado projeto era feita com base no argumento de que o grupo em questão nunca havia sido estudado. Isso bastaria para qualificar um projeto como bom, ainda que seja absolutamente banal do ponto de vista das questões que coloca. Nesta perspectiva, tornam-se irrelevantes questões de maior alcance, como, por exemplo, até que ponto o estudo proposto vai além do registro etnográfico ou pode vir a fornecer respostas passíveis de algum tipo de generalização, ou seja, respostas para perguntas de natureza e alcance teóricos”¹⁸ (Reis 1997:3).

Esta hegemonia do modelo qualitativo de investigação empírica nas CS no Brasil perdura até os dias de hoje. Embora hoje contemos com um enorme volume de dados produzidos por agências públicas, como o IBGE, IPEA, INEP, e várias outras instituições em nível estadual, esta orientação predominante nos estudos empíricos dos anos 90 pode-se dizer ainda é atual.

Foi aqui em MG, talvez pela marca de sua identidade, que se iniciou uma primeira

18 Reis, F. W. “As Ciências Sociais nos Últimos 20 anos”, RBCS, vol. 12 ,no 35 pag 3, 1997.

reação a esta tendência. De um lado, a semente deixada por Antonio Luiz Paixão e desenvolvida pelo prof. Claudio Beato, produziu, junto ao nosso Programa, o mais significativo centro de estudos de violência e segurança pública do país, o CRISP. Sua postura multidisciplinar e o foco em metodologia quantitativa, buscando conhecimento básico e aplicado sobre a criminalidade e as políticas públicas do setor de segurança, deu visibilidade nacional e internacional ao CRISP. De outro lado, a presença entre nós, desde 2002, de uma liderança acadêmica-institucional altamente comprometida com a seriedade teórico-metodológica da pesquisa em CS, a profa. Neuma Aguiar de Figueredo, iniciamos o Programa do MQ, em 1999, após um diagnóstico de um grupo de trabalho da CAPES, apontando as deficiências dos nossos programas de pós-graduação em métodos quantitativos. Este Programa, que tive a oportunidade de coordenar, de 2009 a 2013, foi um empreendimento completamente novo no cenário das CS no Brasil. Ele, além de propiciar a formação de pessoal para a área de pesquisa no país inteiro, estimulou/a o envolvimento dos nossos alunos da graduação em atividades de pesquisa, favorece o intercâmbio científico entre os alunos da pós-graduação de distintas instituições brasileiras e, finalmente, melhorou/a a qualidade das dissertações e teses dos nossos programas. Tudo isto foi e é possível pelo rigor e qualidade dos cursos oferecidos.

O Programa do MQ encontra-se ainda hoje em pleno funcionamento, agora, sob liderança do prof. Jerônimo Oliveira Muniz, e, acredito, que ele constitua o segundo grande impacto do grupo mineiro nas CS do País.